



ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA Nº
04/2021 DO FÓRUM DE COMBATE À
CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO
NO ESTADO DE SÃO PAULO/FOCCO-SP,
REALIZADA AOS 25 DE NOVEMBRO DE
2021.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro de 2021, às 14h00, através de plataforma virtual transmitida pela rede mundial de computadores, foi realizada a **Reunião Plenária nº 04/2021** do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo – FOCCO-SP, sob a coordenação do Secretário Executivo, Dr. Ricardo José Gasques de Almeida Silveiras, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

Presentes, ainda: Adalto Ismael Rodrigues Machado, da Polícia Federal; Aldo Catsuyoshi Muramoto, da Receita Federal do Brasil; Alexandra Comar, da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo; Allyson Bruno Dias de Freitas, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Ana Lúcia de Paula Cintra, da Secretaria da Segurança Pública; Antonio Carlos Santa Izabel, da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo; Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Arthur Pinto de Lemos Júnior, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Bibiana Helena Freitas Camargo, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Bruno Venturoso, da Polícia Civil do Estado de São Paulo; Camila Moura e Silva, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Christiane Simioni, da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo; Denise Indig Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Dilson Ferreira da Cruz Junior, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Edno Alencar de Alcamim, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Eli da Silva, da FEBRABAN; Erik Draganov Santos, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Giovanna Apuzo Zappala, da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo; Hamilton Caputo Delfino Silva, do Tribunal de Contas da União; Helena



Pchevuzinske, da Ouvidoria Geral do Estado de São Paulo; Ivan Moncoski Mangano, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Jae Young Ahn, da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP; José Wellington Bezerra da Costa Neto, do Tribunal Regional Eleitoral; Juliana Campolina Rebelo Horta, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; Juliana Saad de Marchi, da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Leonardo Silvestre Cabral, Secretaria Municipal da Fazenda; Luiz Carlos Silva Santos, da Polícia Civil do Estado de São Paulo; Luiz Fernando Rodrigues Pinto Júnior, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Makarius Sepetauskas, da Procuradoria Geral do Município de São Paulo; Mara de Oliveira Moreira, da PRODAM; Marcela Pricoli, do Banco Central do Brasil; Marcelo Zanchetta, da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo; Mario Apolaro Junior, da Secretaria de Fazenda do Município de São Paulo; Maurício de Freitas Bento, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Nathalia Fernandes Lima, da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Paulo Roberto Palmeira, da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo; Pedro Antunes Alexandre, da Controladoria Regional da União – SP; Pedro Paulo de Oliveira Carvalho, da PRODAM; Rafael Leão Câmara Felga, da Procuradoria Geral do Município de São Paulo; Raphael Roque Theophilo, da Junta Comercial do Estado de São Paulo; Rene Fernando Cardoso, da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo; Ricardo Tieppo, da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo; Rodrigo Morello Alves, da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Rubens Antônio Nigro Ramos, do Tribunal de Contas do Município; Sandra Mara Tayar de Mello Barreto, da PRODAM; Simenia Maciel de Lima, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo; Tamara Furman Burg, Prefeitura Municipal de São Paulo; Thais Almeida Valvassoura, Controladoria Geral do Município de São Paulo; Thais Martins Domingues, da Prefeitura Municipal de São Paulo; Waldirene Santana dos Santos, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - Detran/SP.

Ausentes os representantes dos seguintes órgãos: Advocacia Geral da União; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União – CGU; Ministério Público Federal; Secretaria da Fazenda do



Estado de São Paulo; Secretaria Municipal de Justiça; Secretaria Nacional de Justiça; e Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Abertura

O Dr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Institucionais, tendo em vista a pandemia causada pela Covid-19, em nome do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Mário Luiz Sarrubbo, inicia a sessão virtual, saúda a todos os integrantes do Fórum, discorre sobre o encerramento da coordenação da Secretaria Executiva do FOCCOSP pelo Ministério Público do Estado de São Paulo neste ano, e ressalta a efetividade da integração das instituições e ações do colegiado, citando, como exemplo, o aprimoramento da cultura organizacional da JUCESP. Em consenso dentro do Ministério Público, afirma, decidiu-se que o convite para a transmissão da gestão da secretaria deveria ser feito à Corregedoria Geral da Administração, na pessoa do Dr. Pedro Jeha. Essa instituição, prossegue, é um dos órgãos de excelência do Poder Executivo, qualificada para desenvolver investigações, sobretudo quando relacionadas com o mal desempenho e desconformidades de servidores públicos. Por fim, agradece à boa vontade de todos para com o Ministério Público na condução da Secretaria Executiva e passa a palavra ao Dr. Antônio Carlos Santa Izabel, como representante da Corregedoria Geral da Administração.

O Dr. Antônio Carlos agradece pelas palavras elogiosas dirigidas à CGA, diz-se honrado em receber a coordenação da Secretaria Executiva do FOCCOSP e representar, nessa transmissão de gestão, o Dr. Pedro Jeha, atual Presidente da Corregedoria Geral da Administração, que brevemente será transformada na Controladoria Geral do Estado de São Paulo. Ressalta a grande responsabilidade da atribuição e a pretensão da CGA em dar continuidade ao trabalho já realizado pelos outros secretários. Lembra da dificuldade da implementação das práticas contra a corrupção no Estado de São Paulo e que o êxito alcançado depende da articulação entre os membros do Fórum.

Pauta do dia

I - Aprovação da Ata da 3ª Reunião plenária de 2021, encaminhada anteriormente a todos os representantes

O Sr. Secretário Executivo solicita que sejam informadas as sugestões de alteração e ajuste para que a ata passe à aprovação. Não havendo sugestões, a Ata da 3ª reunião plenária de 2021 resta aprovada.

II – Balanço das atividades realizadas em 2021 pela Secretaria Executiva

O Dr. Ricardo Silveiras discorre sobre o trabalho da secretaria em 2021, particularmente sobre os seguintes assuntos:

- Organização das plenárias;
- Elaboração das Atas de Reuniões;
- Gestão e atualização das publicações no site;
- Divulgação de eventos tanto no site quanto para os integrantes diretamente;
- Divulgação e participação no lançamento do Programa Nacional de Combate à Corrupção;
- Participação do Secretário Executivo no evento virtual intitulado "Implantação da Lei Anticorrupção e sua Regulamentação pelos Municípios Paulistas", promovido pela 1ª Ação;
- Utilização do Whatsapp Business como mais um canal de contato em os integrantes;
- Participação do Secretário Executivo no podcast da Escola Paulista de Contas;
- Convite ao Presidente da PRODESP para participar da 2ª plenária, cuja representante se comprometeu a intensificar a participação daquele órgão na ação de Compliance da JUCESP

III - Assuntos de interesse das ações:

Considerando o pedido feito pelo coordenador da 8ª ação, dado justificado compromisso, o Dr. Ricardo Silveiras anui que seja antecipada a exposição do mencionado grupo.

8ª ação - Programa de Prevenção à Corrupção



O Dr. Hamilton Caputo Delfino Silva, do Tribunal de Contas da União, rememora que essa ação segue uma agenda nacional, visto estar vinculada ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção da ENCLLA. Nesse calendário, como prazo final, definiu-se o dia 20 de setembro para que as várias organizações no país pudessem prestar informações mediante a autoavaliação quanto à implementação das melhores práticas de prevenção contra a corrupção. Relata que o resultado dessa empreitada foi muito positivo, com mais de 9.000 organizações públicas aderindo ao programa, o que equivale a 60% das instituições públicas do país nas três esferas. Ressalta que 838 organizações públicas (46% do total) adotaram o programa no Estado de São Paulo. Atualmente, aduz, os relatórios estão sendo consolidados e devem ser divulgados em breve. Informa que, no dia 8 de dezembro, está previsto um evento nacional no qual será noticiado o roteiro de atuação a ser disponibilizado para as várias instituições cadastradas. Uma vez tenha seu diagnóstico elaborado, a própria plataforma fornecerá para a instituição um protocolo para implementar as melhores práticas.

2ª ação - Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro

A Dra. Bibiana Helena Freitas Camargo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, inicialmente, informa que a 2ª Ação prestou apoio ao evento promovido pela 1ª Ação no mês de outubro. Acrescenta que o grupo também organizou um encontro para o dia 29 de novembro, no qual serão abordados os eixos da transparência, da integridade e do combate à corrupção, e contará com a presença, no debate, do Dr. Gilberto Walter Júnior, Corregedor Geral da União, do Daniel Falcão, Controlador Geral do Município de São Paulo e do Procurador da República, Dr. Edílson Vitorelli.

3ª ação – Acompanhamento da implementação do programa de Compliance da JUCESP

O Dr. Jae Young Ahn, Secretário Executivo de Administração da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, representando o presidente da instituição, cumprimenta a todos e declara que o programa de Compliance da JUCESP já foi implementado, conforme informado



na última reunião plenária do Fórum no mês de agosto. Prossegue informando que o processo seletivo para a contratação do Compliance Officer está em andamento e deve ser concluído no início do próximo ano, findo o período de proibição temporária de contratação de funcionários públicos estabelecido em decreto estadual. Em nada obstante, continua, com o mapeamento de riscos elaborado pela Junta, em algumas áreas mais sensíveis já estão sendo feitas alterações em manuais e procedimentos, inclusive com a contratação de empresas, no caso, a PRODESP, para que sejam fornecidos serviços automatizados e sistematizados para os expedientes manuais. Em 2022, a Junta também perseguirá a conquista da Certificação do ISO 9001, uma vez que o órgão se tornará 100% digital.

1ª ação - Implantação da Lei Anticorrupção e regulamentação pelos Municípios:

Dr. Antônio Carlos Santa Izabel, Corregedor da CGA, Coordenador da 1ª ação, inicia suas considerações, reiterando que o objetivo do grupo, qual seja, a implementação da lei anticorrupção nos diversos municípios paulistas, via reuniões de divulgação, só foi possível, neste ano, graças ao apoio do Tribunal de Contas do Estado, mais especificamente pela Escola de Contas Públicas do TCE. Nessa esteira, afirma que foi realizado um evento virtual de grande porte, transmitido pelo YouTube, envolvendo prefeitos, vereadores, servidores públicos e interessados no assunto. O encontro ainda contou com a presença da Dra. Cristiana de Castro Moraes, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Pedro Rubez Jehá, Presidente da Corregedoria Geral da Administração, Dr. Ricardo José Gasques de Almeida Silveiras, Secretário Executivo do FOCCO-SP, e do Dr. Daniel Falcão, Controlador Geral do Município. O Dr. Antônio Carlos prossegue sua explanação relatando que um dos dois palestrantes convidados, Dr. Marco Aurélio Sobral, do Núcleo de Ações e Prevenção da Corrupção Regional de São Paulo, da Controladoria Geral da União, discorreu sobre a reavaliação dos programas de integridade no processo administrativo de responsabilização da pessoa jurídica e o outro convidado, Dr. Otávio Henrique Simão e Cucinelli, Procurador do Município de São Paulo, sobre a experiência prática da lei anticorrupção no âmbito do Município de São Paulo. Por fim, declara, sobre o evento, que foram registradas 1.354 reproduções durante



a transmissão ao vivo pelo YouTube, com 854 espectadores únicos, um pico de 316 espectadores simultâneos, taxa de aprovação de 100% e emissão de 224 certificados.

4ª ação - Fomento à Atividade de Inteligência, Investigação e Atuação Interinstitucional no Combate à Corrupção e Sonegação fiscal

O Dr. Bruno Venturoso, Delegado de Polícia, parabeniza o Ministério Público pela administração da Secretaria Executiva em 2021 e deseja bons trabalhos à Corregedoria Geral da Administração em 2022. Relata que, no final de outubro, os integrantes da 4ª Ação reuniram-se virtualmente para traçar os próximos objetivos do grupo e, dentre outros assuntos, restou decidido que haverá rotatividade na coordenação da ação. Reitera que a pandemia criou problemas para as tarefas da equipe, dado o fato de ser inviável, por questões de segurança, a troca de informações sensíveis entre os serviços de inteligência das instituições participantes do FOCCOSP em ambiente virtual. Por esse motivo, também como resultado da reunião de outubro, apresenta a proposta de suspensão da 4ª Ação até que as reuniões do Fórum voltem a ser presenciais.

5ª ação - Fomentar a articulação interinstitucional como forma de compartilhar as bases de dados entre as instituições participantes

O Dr. Dilson Ferreira, do TCM/SP, coordenador do grupo, declara que o ano de 2021 foi bastante proveitoso, não obstante as injunções da pandemia. Até dezembro, serão registradas 7 reuniões, sendo a primeira, realizada em março, com o TCE, que apresentou o sistema FARO, o ARES e outros sistemas que analisam vínculos médicos indevidos. Em maio, houve a exibição do Tribunal de Contas da Paraíba sobre notas fiscais eletrônicas; em julho, o BACEN expôs a atuação daquele órgão na prevenção à lavagem de dinheiro; em agosto, houve explanação, por integrantes do Tribunal de Contas de Minas Gerais, do SURICATO, sistema que reúne várias bases de dados com foco em pessoal; em setembro, os técnicos da CGU discorreram sobre o E-Aud, sistema para realização de auditorias; e, em outubro, no encontro com representantes da ABIN, foram apresentadas ferramentas de *open source* e inteligência. Por fim, está agendada, para o dia 29 de novembro, reunião com o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-SP),

cuja pauta será o sistema de gerenciamento de registro de veículos e de emissão de documentos. O Dr. Dilson prossegue propondo uma mudança no enfoque da ação para o ano de 2022. Seguindo uma área de atuação mais próxima da ENCCLA, sugere que a 5ª Ação permaneça no compartilhamento de base de dados, porém, com mais foco nas bases de apenados. Acrescenta que a ideia passa por congregiar todas as bases de dados existentes, sem, entretanto, haver nenhum tipo de ingerência sobre elas. Num segundo momento, seriam incorporadas a essa base unificada informações sobre apenados que estejam sobre de investigação de outros órgãos, que não os de controle ou Justiça. Aduz que a pretensão é de se contruir um cadastro de entidades de risco, sejam das que já sofreram algum tipo de penalidade ou sanção, ou de outras potencialmente inclinadas a isso.

6ª ação - Fomentar medidas de combate à corrupção no âmbito eleitoral

O Dr. Luiz Fernando Rodrigues Pinto Júnior, do Ministério Público, relata a surpresa, na área eleitoral, com a proposta apresentada no Congresso Nacional de um novo código eleitoral, com 898 artigos, que estaria em vigência já para a próxima eleição, e em iminente risco de ser votado às pressas na Câmara dos Deputados. Assevera que foi organizada uma força tarefa com integrantes de outros Estados, capitaneados pelo Procurador-Geral de Justiça, e um estudo foi realizado rapidamente entre 4 e 5 dias. Elaborou-se então uma Nota Técnica encampada tanto pelo CONAMP quanto pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. A partir daí, acrescenta, iniciou-se o trabalho de convencimento junto aos parlamentares, por meio da demonstração das diversas inconsistências e “falhas” que poderiam abrir flancos para a prática da corrupção eleitoral. A votação foi adiada, mas ainda perdura a necessidade de trabalho contínuo no Congresso para que a redação desse código seja melhor construída. Com relação ao próximo ano, o Dr. Luiz Fernando relata que estão sendo realizados estudos, em parceria com o CAEX-MPSP, para a contratação de ferramentas de rastreamento de fontes de divulgação de *fake news*. Nessa mesma linha, declara, estão em fase de trabalho de combate às doações acima do limite legal, outra forma de enfrentamento à corrupção eleitoral. Essa apuração é realizada pelos promotores de justiça por meio de um sistema chamado SISCONTA, disponibilizado pelo Ministério Público Federal. Explana sobre os diversos cursos e seminários que a Secretaria Eleitoral do MP tem



participado e a constante divulgação de informações e suporte dados aos promotores de justiça e ao público em geral. Cita também a defesa de outros temas afins, como o aumento da candidatura feminina e grupos minoritários nas eleições e participação nos partidos políticos.

O Dr. José Wellington Bezerra da Costa Neto, do Tribunal Regional Eleitoral – SP, inicia sua exposição desejando muito sucesso à Corregedoria Geral da Administração na coordenação da Secretaria Executiva em 2022. Comunica seu desligamento do Fórum, enaltece a dedicação de todos os participantes e apresenta a Dra. Denise Indig Pinheiro como nova representante da Justiça Eleitoral no FOCCO-SP.

A Dra. Denise Indig Pinheiro manifesta-se saudando a todos inicialmente, afirma já ter participado de algumas reuniões do Fórum em substituição ao Dr. José Wellington, e se coloca à disposição de todos na Justiça Eleitoral.

7ª ação - Judicialização e combate à fraude no âmbito da saúde pública

A Dra. Giovanna Apuzo Zappala, da Corregedora Geral da Administração do Estado de São Paulo, e coordenadora da 7ª ação, inicia sua exposição informando que, durante 2021, foi dado enfoque às organizações sociais de saúde, sendo o ponto principal trabalhado nos nove encontros realizados pelo grupo a melhoria do instrumento de prestação de contas apresentadas por essas instituições, com ênfase na questão da transparência. Afirma que diversos órgãos participaram desses encontros, com intensa troca de informações a respeito de qual sistema adotam para exibir os recursos utilizados por essas organizações. O objetivo final é desenvolver um portal único com esses dados, acessível às esferas federal, estadual e municipal. Para isso, continua, no primeiro semestre, a 7ª Ação recebeu o coordenador da Coordenadoria de Promoção de Integridade da Prefeitura de São Paulo, que transmitiu conceitos básicos e importantes a respeito de transparência, o que é uma transparência ativa, o que é uma transparência passiva, como se trabalha o controle social e como aferir a eficiência das informações a serem lançadas. No segundo semestre, prossegue, iniciou-se o trabalho prático e foi elaborado o rol de itens e funcionalidades que deverão constar do novo portal. Uma vez que a Subsecretaria de Parcerias da Secretaria de Governo já está trabalhando nesse projeto, a nossa etapa inicial para 2022 é, em união com esse órgão governamental, desenvolvê-lo, visto já existir um decreto estadual que



regulamenta o portal da transparência para as OS's. Declara que a meta para a 7ª Ação então em 2022 é colocar esse portal em atividade e futuramente integrar outros órgãos para devida verificação da prestação de contas das organizações sociais com relação à aplicação dos recursos públicos. Por fim, a Dra. Giovanna, como outros coordenadores o fizeram, oferece a coordenação da Ação a outros órgãos para que haja rotatividade entre os participantes, alternância essa que o Senhor Secretário Executivo entende salutar, desde que debatida internamente.

IV - Apresentação de dados do WEB Denúncia

Dr. Antônio Carlos Santa Izabel, Corregedor da CGA e Ouvidor do Estado, esclarece que o período considerado em sua apresentação de dados do levantamento do Web Denúncia Corrupção está compreendido entre os meses de janeiro a novembro de 2021. Inicialmente, destaca as denúncias pelo tipo: corrupção eleitoral, corruptor/pagamento de propina, licitação/contrato, servidor público/recebimento de propina, sonegação fiscal. Sobre os percentuais/tipo, apresenta os seguintes valores: corrupção eleitoral (1%), corruptor/pagamento de propina (8%), licitação/contrato (16%), servidor público/recebimento de propina (16%), sonegação fiscal (59%). No confronto de números de denúncias entre os anos 2020/2021, ainda segundo o tipo, assim demonstra os dados: corrupção eleitoral (61/20), corruptor/pagamento de propina (163/148), licitação/contrato (434/302), servidor público/recebimento de propina (252/305), sonegação fiscal (1.179/1.124). Para detalhamento das informações, afirma que todos os gráficos estão disponíveis no site do FOCCO-SP e da Ouvidoria Geral do Estado.

V - Assuntos diversos e de interesse geral

O Dr. Ricardo Silveiras agradece a colaboração e participação de todos durante o ano, diz-se honrado pela incumbência de ter secretariado o FOCCO-SP e passa a palavra ao representante da Corregedoria Geral da Administração.

O Dr. Antonio Carlos Santa Izabel agradece o Senhor Secretário Executivo e todos os membros do colegiado, reconhece o trabalho e avanço promovido pela atual gestão nas ações do Fórum e enaltece a contribuição indispensável de seus 34 integrantes, algo que, finaliza, só tende a fortalecer o Estado de São Paulo no combate à corrupção.



Sem manifestações adicionais, o Sr. Secretário declara encerrada a reunião.

RICARDO JOSÉ GASQUES DE ALMEIDA SILVARES

PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FOCCO - SP 2021